ANC

Ulysses foi "soberano" na Constituinte

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, declara promulgada nesta tarde uma Constituição que, a rigor, não tem nenhum dispositivo de sua autoria. Em contrapartida, é difícil imaginar que o País, sem o poder político de Ulysses, teria hoje uma nova Constituição.

Uma parte do PMDB escapou de Ulysses. A influência sobre o Governo, Ulysses também perdeu. Já a Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães controlou quando quis. E como quis, transformou-se no soberano de uma Assembléia que recebeu e refletiu pressões de todos os lados.

Ulysses protelou a discussão de problemas em busca de decisões de acordo e, escudado no cargo, absteve-se em quase todas as votações. Agiu assim quando o plenário manteve o presidencialismo e concedeu mandato de cinco anos ao Presidente da República, duas decisões pelas quais se empenhou.

Em nome da necessidade de acelerar os trabalhos, não hesitou em violar o Regimento Interno da Constituinte. E sem tornar claras as razões, evitou ao máximo a punição de constituintes faltosos, retardando a definição de critérios para a aplicação das penalidades e, depois, simplesmente esqueceu o assunto.

Comando

Eleito com facilidade para a presidência da Assembléia, logo que assumiu Ulysses deixou o trabalho correr, permitindo que as subcomissões, comissões temáticas e a Comissão de Sistematização funcionassem sem sua interferência. Fora das reuniões, mas atento, participava do que julgava conveniente e parecia ignorar o resto.

Ulysses desconheceu, por exemplo, todos os projetos de decisão — instrumento criado com o objetivo de defender a Assembléia de tudo que representasse ameaça ao seu funcionamento e à sua soberania. No Regimento, o projeto de decisão serviria para evitar ou sustar ações prejudiciais à Assembléia. Na prática, nenhum projeto de decisão produziu qualquer efeito, simplesmente porque nenhum foi votado. Hoje, eles enchem uma gaveta da mesa de Ulysses, que serve de arquivo para propostas como a suspensão de pagamento da dívida externa.

Usando a gaveta, a palavra e mesmo a omissão para garantir que a Assembléia funcionasse do modo como queria, Ulysses precisou assumir ostensivamente o comando da Constituinte em fevereiro deste ano, quando começou o primeiro turno de votação do plenário. Ali se votava quando estava Ulysses. Sem ele não havia votação.

Pressão

O que havia sempre, com ou sem Ulysses na Assembléia, era pressão, especialmente do Governo. Em maio, o enfrentamento entre Executivo e Assembléia se agravou, com o apoio dos ministros militares às críticas feitas pelo Palácio do Planalto. A reação de Ulysses, como em todas as vezes em que a Assembléia sofreu ataques, foi imediata e dura. Em São Paulo, o presidente da Constituinte afirmou que o texto em elaboração era muito melhor do que o dos "três patetas" — os ministros militares que assinaram a emenda constitucional número 1, em 1969.

Ulysses enfrentou também problemas internos, como as manobras protelatórias e até golpistas promovidas pelos líderes governistas, deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (PFL-BA). Lourenço queria "zerar" a Constituinte, mas Ulysses não teve dificuldades para desarticular a manobra que tinha poucos adeptos, ao declarar que a Constituinte "não era hospício".

No segundo turno, Ulysses deixou claro que a Constituinte estava sob o seu comando.

Aparentemente omisso, tomou durante a votação do segundo turno decisões políticas importantes, colocando-se acima dos acordos de lideranças e facilitando modificações no texto. A alteração mais evidente, que só foi possível após uma manobra pessoal do presidente da Constituinte, fez com que as eleições municipais deste ano não fossem em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil habitantes. Com o partido dividido sobre o tema, Ulysses não teve dúvidas: "rasgou" o regimento interno e permitiu a votação de uma emenda aditiva — imprópria para essa fase.

(Carmen Kozak)

Defesa firme da Assembléia

Foram necessários apenas 12 minutos para que Ulysses Guimarães recuperasse o mal-estar provocado pelo duro pronunciamento do presidente José Sarney contra o projeto de Constituição. Em 29 minutos, Sarney tentou convencer a sociedade e alguns parlamentares, na noite de 27 de julho, que eram necessárias alterações no texto Constitucional, senão o País ficaria ingovernável.

Ulysses não atacou Sarney diretamente, mas deu sua resposta ao enumerar pontos positivos aprovados até então. "Esta Constituição será a guardiã da governabilidade. Viemos aqui para fazer a Constituição e não para ter medo", disse enérgico, recebendo apoio e aplausos da maioria dos parlamentares.

Desde a instalação da Constituinte essa foi a atuação de maior destaque do deputado Ulysses Guimarães, que no mesmo dia decidiu desfazer seus vínculos com o Ministério de José Sarney. O rompimento foi formalizado através da renúncia dos últimos três ministros ulyssistas: Renato Archer, da Previdência; Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia; e Celso Furtado, da Cultura (C.K.).

Título VI

Da Tributação e do Orçamento

A reforma tributária reinvidicada por Estados e municípios começa a ser feita. A modificação não consiste em um repasse maior do orçamento da União, e sim no recolhimento direto de alguns impostos únicos pelas administrações estaduais. Com isso, até 1993 os Estados terão sua arrecadação aumentada de 35% para 40%, e os municípios de 15% para 25%. Isso significa uma perda de quase 20% para a União, que hoje arrecada 50% dos impostos e passará a ficar em 1993 com 38%.

Além disso, o repasse feito pela União através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) também está aumentado. O FPE era formado por 14% do produto da arrecadação da União com os impostos de renda e sobre os produtos industrializados. Em 1993 esse percentual será de 21,5% do bolo de arrecadação e os recursos do FPM aumentarão de 17% para 22,5%. A gradualidade desses aumentos começará no ano que vem, aumentando meio ponto percentual ao no até atingir o limite estabelecido na atual Constituição.

A reforma tributária terá efeitos regionalizados substanciais, provocando um aumento real da receita nas regiões carentes. A região Norte aumentará sua receita em 28,9%; o Nordeste em 21,6% e o Centro-Oeste em 19,6%. Das duas regiões desenvolvidas o Sudeste terá o maior ganho, estimado em 11,3%, ficando a região Sul com um acréscimo de 9,9%. A média de aumento da receita a 15,5%.

Tema	Constituição em vigor	Constituição revogada
Impostos da União	A União perde a responsabilidade pela arrecadação de cinco impostos únicos que passam para os Estados: energia elétrica, minerais, transporte, comunicações e lubrificantes e combustíveis. Isso provocará uma perda de 30 por cento na arrecadação da União. As grandes fortunas serão taxadas de acordo com lei complementar.	A União arrecadava os impostos sobre importação de produtos estrangeiros; exportação; propriedade rural, renda e proventos, produtos industrializados, operações de crédito e câmbio, serviços de comunicação, lubrificantes e combustíveis, energia elétrica, transportes e minerais.
Repartição das Receitas	Em 1993, os Estados e Distrito Federal — os territórios foram excluídos — receberão 21,5% do bolo de receitas da União. Entre os Municípios serão divididos 22,5 por cento da arrecadação do governo federal. O Fundo Especial passa para três por cento e sua destinação é exclusiva para as regiões carentes: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Aos Estados, Distrito Federal e Territórios, a União repassava 14 por cento de sua arrecadação sobre IPI e imposto de renda. Aos Municípios 17 por cento desse bolo. Um Fundo Especial regulado em lei tinha dois por cento do produto dessas receitas.
Orçamento	O orçamento da União incluirá também o investimento em empresas estatais ou de economia mista e o orçamento da seguridade social, tendo aplicação regionalizada para reduzir as desigualdades. Sua aplicação depende de aprovação do Congresso Nacional e a apreciação prévia será feita por uma Comissão Mista que possui amplos poderes para remanejar as verbas. A abertura de créditos suplementares dependerá de autorização do Congresso.	O orçamento anual da União compreendia obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos. Não era vedada a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito. O orçamento era analisado e aprovado por uma comissão mista do Congresso que não podia fazer cortes. A apreciação pelo plenário dependia de requerimento de um terço dos parlamentares.

Na tribuna, Krenac pintou o rosto e exigiu os direitos indígenas

Povo reúne 12 milhões de assinaturas

Pela primeira vez na história constitucional brasileira a sociedade pôde participar diretamente da elaboração de uma Constituição. O regimento interno da Assembléia assegurou a apresentação de emendas populares, desde que fossem apoiadas por três entidades representativas legais e obtivessem um mínimo de 30 mil assinaturas, devidamente comprovadas através do título de eleitor de quem as subscreveu. Foram apresentadas 122 emendas populares, tratando dos mais diversos temas, com um todal de 12.277.423 assinaturas.

O deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ), um dos relatores-adjuntos da Constituinte, afirma que não é possível se saber exatamente quantas emendas populares foram incorporadas à Constituição. Ele assegura, no entanto, que muitas foram aproveitadas parcialmente nos acordos de lideranças que precederam as votações no primeiro e no segundo turno da Constituinte.

Liberdade religiosa

Uma dessas emendas foi a que pedia a preservação do Sesc, Senac, Sesi e Senai como entidades de assistência e treinamento para o trabalhador. Foram apresentadas quatro emendas com a mesma proposta, totalizando 1.326.004 assinaturas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), junto com a Cáritas Brasileira e a Associação de Educação Católica do Brasil, apresentaram quatro propostas que obtiveram juntas 1.763.239 assinaturas e tratavam da educação religiosa facultativa nas escolas públicas, proibição do aborto, e pregava a liberdade religiosa. Foram acolhidas na sua quase totalidade pela Assembléia Constituinte.

A Constituinte permitiu também que as propostas fossem defendidas por populares na tribuna, durante duas sessões. A iniciativa também foi inédita na história constitucional do País. O índio Airton Krenac representou a síntese dessa fase da Constituinte. Ele subiu à Tribuna para defender os direitos dos índigenas e pintou o rosto com jenipapo para simbolizar a cultura de seu povo.

Houve também propostas inusitadas, como a que pedia a inclusão da mediunidade e do curanderismo no sistema de saúde do País. A proposta não foi acolhida pelos constituintes. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS/SC), também relator-adjunto da Assembléia, considera que este foi "um dos mecanismos mais importantes de todo o processo constituinte, pois deu ao povo a oportunidade de defender suas propostas".

A emenda que obteve o maior número de assinaturas — 1 milhão e 200 mil — tratava dos direitos da criança. Apesar deste número, a proposta foi rejeitada pela Comissão de Sistematização porque não foram cumpridos dois requisitos exigidos para o seu acolhimento: o apoiamento de três entidades legalmente constituídas e o número do título de eleitor de cada subscritor. Soube-se depois que muitas crianças assinaram a emenda e que a entidade que apresentou à Comissão Nacional Criança e Constituinte, foi formada só para apresentar a emenda e não estava registrada.

Embora não tenha sido acolhida formalmente, não se pode dizer que a proposta foi frustrada. Seu espírito está espalhado por todo o capítulo da Família, do Menor e do Idoso.

O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
SAÚDA OS QUE CONSTRUÍRAM
ESSE NOVO TEMPO, ESPECIALMENTE
OS PARLAMENTARES NORDESTINOS,
SABENDO-SE PREPARADO PARA
CUMPRIR A MISSÃO QUE A GRANDEZA
DESTA CARTA LHE CONFERE.